

Liberalismo e fascismo



Por GABRIEL ROCKHILL*

O policial bom e o policial mau do capitalismo

“O modelo para a expansão colonial da supremacia branca da Alemanha nazista foi os EUA.”

“Atualmente, existe um estado [os Estados Unidos] que pôs em prática pelo menos o início fraco de uma ordem melhor.” (Adolph Hitler em 1926)

“Dê um capuz a Franco e ele se tornará um membro da Ku Klux Klan.” (Langston Hughes);

O paradigma de um-Estado-um-governo

Frequentemente, presume-se que cada estado individual tenha uma forma particular de governo - seja liberal, fascista ou autoritário - que constitui o principal modo de governo em todo o país. Assim, é comum ouvirmos expressões como ‘as democracias liberais do Ocidente’ ou ‘as antigas ditaduras da América Latina’. Esta geografia dos governos está ligada a uma cronologia política, que nos diz que um governo pode mudar de uma forma para outra, por isso a prevalência de ditados como “o retorno da democracia” ou o “ressurgimento do fascismo”. O paradigma dominante para a compreensão da relação entre estados e governo pode, portanto, ser resumido em termos de um princípio abrangente: cada estado, se não estiver em uma guerra civil aberta, tem apenas uma forma de governo em um determinado momento, que governa todo o seu território e população.

O paradigma de um-Estado-um-governo dissimula as formas complexas como as populações são governadas. Sua ingênuia lógica de “ou um, ou outro” fornece cobertura para formas menos saborosas de governo se o estado for declarado, por exemplo, uma democracia liberal. Também produz uma geografia e cronologia do fascismo distante, pela qual os estados liberais procuram convencer seus cidadãos de que o fascismo é algo que ocorreu no passado, que pode emergir no futuro caso as instituições liberais não sejam preservadas, ou que apenas infeste terras distantes recalcitrante à democracia. Seja qual for o caso, podemos descansar com a certeza de que o fascismo não é um problema aqui, agora.

“O paradigma dos modos múltiplos de governança insiste na multiplicidade de agências que são mobilizadas para governar diferentes populações.”

Este paradigma serve como uma forma poderosa de gestão na medida em que não nos permite ver como vários setores da população e diferentes regiões geográficas são realmente governados e por várias forças. Em vez de começar, então, com a presunção de um-Estado-um-governo, devemos começar ao contrário, por uma análise materialista de baixo para cima dos vários modos de governança operantes em cada conjuntura histórica. Esses modos não se limitam ao que é chamado de governo visível, ou seja, o teatro político que é encenado diariamente para nós por conglomerados de mídia que trabalham para a élite dominante, mas também incluem o governo invisível do estado profundo, bem como todos as formas de governança discretamente promovidas pelo Estado, mas terceirizadas para vigilantes e o crime organizado (sem falar nos rígidos controles econômicos que acorrentam as vidas das pessoas). Em vez de haver um único agente de governança, como o governo eleito, o paradigma de vários modos de governança insiste na multiplicidade de agências que são mobilizadas para governar diferentes populações, bem como nos papéis variáveis que desempenham entre estratos sociais e em diferentes pontos da luta de classes.

Amérikka

Considere o período entreguerras nos Estados Unidos, quando Mussolini e Hitler estavam subindo ao poder nas democracias burguesas da Europa. De acordo com o paradigma um-Estado-um-governo, os EUA eram uma democracia liberal na época, e certamente foi assim que se apresentou. Na verdade, ela acabara de ganhar o que Woodrow Wilson chamou de guerra que tornou o mundo “seguro para a democracia”. Em uma declaração menos citada nos livros de história americana, Wilson esclareceu, no entanto, ao que o termo vazio de “democracia” se referia ao especificar que o objetivo da Grande Guerra era “manter a raça branca forte” e preservar “a civilização branca e seu domínio do planeta”.

Na verdade, os EUA eram um estado policial racista que deu poder a milhões de vigilantes da supremacia branca e serviu de modelo para os movimentos fascistas na Europa. “Ao recusar a entrada de imigrantes [...] se estiverem em mau estado de saúde”, Hitler escreveu com admiração sobre os EUA em *Mein Kampf*, “e ao excluir certas raças do direito de se naturalizar como cidadãos, eles [os americanos] começaram a introduzir princípios semelhantes àqueles sobre os quais desejamos fundamentar o Estado do Povo”. Como James Whitman argumentou em detalhes, a América serviu como o protótipo para os nazistas porque era amplamente considerada como a vanguarda da política racista e eugenista quando se tratava de imigração, cidadania de segunda classe e miscigenação. O Memorando Prussiano de 1933, que delineou o programa legal do nazismo, invocou especificamente Jim Crow, e o Manual Nacional Socialista de Lei e Legislação concluiu seu capítulo sobre a construção de um Estado racial, reconhecendo que a América era o país que tinha fundamentalmente reconhecido as verdades do racismo e deu os primeiros passos necessários em direção a um estado racial que seria cumprido pela Alemanha nazista. Além disso, estudiosos como Domenico Losurdo, Ward Churchill e Norman Rich argumentaram que o modelo para a expansão colonial de supremacia branca da Alemanha nazista foi o holocausto americano contra a população indígena. “O análogo do ‘Oeste americano’ e do ‘Leste nazista’ ‘tornou-se,’ de acordo com Carroll P. Kakel, ‘uma obsessão para Hitler e outros nazistas fiéis.’

“Os EUA eram um estado policial racista que deu poder a milhões de vigilantes da supremacia branca e que serviu de modelo para os movimentos fascistas na Europa.”

Quando o fascismo italiano apareceu pela primeira vez no cenário mundial, muitos americanos na época reconheceram-no imediatamente como uma versão europeia da KuKluxKlan. “Comparações entre a Klan local e o fascismo italiano”, escreve Sarah Churchwell, “logo se tornaram onipresentes na imprensa americana”. Com cerca de 5 milhões de membros em meados da década de 1920, a KKK era uma rede de vigilantes mortais que reforçava o estado de polícia racial americana, mas também era apenas parte de um aparato repressivo maior. Isso incluiu grupos de supremacia branca como a Legião Negra que eram ramificações da Klan, organizações autodeclaradas fascistas como a Legião de Prata da América, organizações nazistas como os Amigos da Nova Alemanha e a Federação Américo-Alemã, grupos de vigilantes brutais que policiavam trabalhadores agrícolas com o que Carey McWilliams descreve apropriadamente como “fascismo agrícola” e uma rede expansiva de organizações anti-trabalhadores extremamente violentas que eram apoiadas por grandes empresas. Esses militantes paraestatais anti-trabalhistas geralmente tinham permissão para agir com impunidade, uma vez que sua agenda se unia perfeitamente à do governo dos EUA. Para dar apenas um exemplo revelador, em 1919 e 1920, a Divisão de Inteligência Geral (DIG) do Departamento de Justiça dos Estados Unidos orquestrou incursões em mais de 30 cidades dos Estados Unidos, prendendo entre 5 e 10 mil ativistas anticapitalistas, muitas vezes sem mandados, provas ou ensaios. Se alguém era membro de um grupo racializado, um imigrante, um trabalhador que buscava se organizar ou um ativista anticapitalista, nem era preciso dizer que você não tinha os mesmos direitos daqueles que supostamente vivem sob uma democracia liberal.

Em “Facts and Fascism” [Fatos e Fascismo], George Seldes detalhou as semelhanças impressionantes entre os movimentos fascistas globais e os dos Estados Unidos, demonstrando como o grande capital na América investiu diretamente no fascismo em casa e no exterior, controlou uma imprensa pró-capitalista e muitas vezes amigável aos fascistas, e financiou organizações repressivas racistas e anti-trabalhistas. A Legião Americana, por exemplo, regularmente convidava Mussolini para suas convenções, e um de seus primeiros comandantes afirmava: “Não se esqueça de que os *Fascisti* estão para a Itália como a Legião Americana está para os Estados Unidos”. Suas atividades anti-trabalho constituem um dos capítulos mais violentos da história americana, segundo Seldes. “In 1934” [Em 1934], ele nos lembra que planos foram traçados para um golpe de estado nos Estados Unidos, quando “os principais membros da Legião conspiraram com corretores de Wall Street e outros grandes empresários para perturbar o governo dos Estados Unidos e estabelecer um regime fascista.”

Múltiplos modos de governança

O paradigma dos múltiplos modos de governança nos permite colocar entre parênteses a imagem que um estado projeta de si mesmo - sua estética de poder - para que possamos analisar como diferentes populações são realmente governadas. Isso tende a variar de acordo com a época, local e estrato socioeconômico. Emmett Till, para dar um único exemplo, pode muito bem ter vivido em um estado que se declarou uma democracia liberal, mas sua surra brutal e assassinato, bem como a subsequente absolvição de seus assassinos em um tribunal, demonstram como ele e outras pessoas pobres e racializadas eram realmente governados: pela violência de vigilantes fascistas abertamente tolerada pelo estado. É importante observar que vários modos de governança geralmente operam em um único espaço-tempo e, às vezes, visam às mesmas populações. A charada liberal da justiça durante o julgamento do assassinato de Till obviamente procurou convencer pelo menos algumas pessoas de que seu modo principal de governança era o Estado de Direito.

O que uma análise materialista demonstra é que liberalismo e fascismo, ao contrário do que sustenta a ideologia dominante, não são opostos. Eles são parceiros no crime capitalista. Para fins de argumentação, vale esclarecer que não estou aqui distinguindo entre fascismo e autoritarismo, embora essa distinção às vezes possa ser útil (como na análise perspicaz de Andre Gunder Frank das ditaduras militares latino-americanas). Enquanto o fascismo é geralmente entendido como um movimento que mobiliza setores da sociedade civil por meio de campanhas de propaganda, apoio financeiro e fortalecimento do Estado, o autoritarismo é frequentemente definido como se baseando principalmente na polícia e nos militares para controlar a população. Essas são categorias um tanto porosas, no entanto, uma vez que os vigilantes do fascismo às vezes são simplesmente funcionários de folga do aparato repressivo do Estado, e o autoritarismo frequentemente delegou vigilantes e os integrou ao Estado. Além disso, nos casos da Itália e da Alemanha, é discutível que o fascismo realmente evoluiu para uma forma de autoritarismo. Durante sua ascensão ao poder dentro das democracias burguesas, os fascistas em ambos os casos fizeram enormes campanhas de propaganda para mobilizar a sociedade civil e trabalhar através do sistema eleitoral, mas uma vez no poder, eles destruíram os elementos mais plebeus em seus bandos fascistas e integraram o que restou deles para o aparelho de Estado.

“O liberalismo e o fascismo, ao contrário do que sustenta a ideologia dominante, são parceiros no crime capitalista.”

Historicamente, liberalismo e fascismo, nesse sentido amplo, têm funcionado como dois modos de governança capitalista que operam em conjunto, seguindo a lógica da tática de interrogatório policial conhecida como policial bom/policial mau. O liberalismo, como o bom policial, promete liberdade, o Estado de direito e a proteção de um Estado benfeitor em troca da aquiescência às relações socioeconômicas capitalistas e à pseudodemocracia. Ela tende a servir e atrair membros das classes média e média alta, bem como aqueles que desejam fazer parte delas. O mau policial do fascismo provou ser particularmente útil para governar aquelas populações que são pobres, racializadas ou que estão descontentes, bem como para intervir em várias partes do mundo para impor à força as relações sociais capitalistas. Se as pessoas não são enganadas pelas falsas promessas do policial bom, ou não são motivadas por outras razões para concordar, então o parceiro dos liberais no crime está de plantão para forçá-los a obedecer. Aqueles que se levantam de qualquer classe para contestar o capitalismo devem estar prontos para que os liberais e seu suposto regime de direitos se esgotem, cedendo a luta ao seu aliado mais cruel enquanto olha para o outro lado, e lembrando qualquer espectador das diferenças importantes entre o menor de dois males.

A identificação apressada do fascismo com o governo e a oposição complementar entre os governos fascistas e liberais, mascaram essas formas múltiplas de governança. Assim como a definição de um Estado como “democrático” independentemente de sua política externa ou guerras de classes internas nos cega para suas formas de controle populacional. Além disso, impõe o véu liberal de ignorância, que afirma que o fascismo só é um fenômeno importante se assumir completamente o governo. O subtexto, claro, é que tudo está absolutamente bem se continuar, como faz nos Estados Unidos, como uma forma de gestão da população para grupos oprimidos e explorados por meio de campos de concentração e incursões do ICE [Serviço de Imigração e Controle], assassinatos policiais e de vigilantes, ataques brutais aos Protetores da Água, intervenções militares no exterior e outras atividades semelhantes. Enquanto um mínimo de decoro liberal for mantido até mesmo para um pequeno setor da população, podemos ter certeza de que o que precisamos fazer antes de tudo é lutar para proteger o sistema de governo liberal do chamado fascismo.

“O policial mau do fascismo provou ser particularmente útil para governar aquelas populações que são pobres, racializadas ou que estão descontentes”.

Isso não significa negar, no mínimo, que existe, para parcelas significativas da população, uma diferença profunda e que altera o mundo entre um governo autodeclarado fascista e modos fascistas de governo sob cobertura liberal. Quando os partidos fascistas atingem o poder do Estado e não são mais retidos por sua *commmediadell'arte* com os liberais, eles podem e têm desencadeado formas brutais de repressão em setores da população que são geralmente protegidos, enquanto aumentam seus ataques àqueles que não o são e lançando guerras coloniais bárbaras. Além disso, lidar com a casuística e as contradições discursivas do policial bom é geralmente muito preferível a enfrentar o punho de ferro do policial mau ao construir o poder por meio de partidos e organizações políticas (por razões táticas, também pode ser extremamente importante encontrar maneiras de mobilizar e trabalhar com os liberais, enquanto os persuade para a esquerda). No entanto, nada disso deve nos cegar para o fato de que os modos fascistas de governo são uma parte muito real e presente da chamada ordem mundial liberal, que precisam ser identificados como tal para serem diretamente contestados.

Tolerância liberal e policiamento do capital

Se os liberais são tolerantes com o fascismo e defendem os direitos dos fascistas, não é porque sejam seres morais superiores. É porque – quer eles saibam ou não – seu sistema de governança pró-capitalista necessita manter cães de guarda de prontidão para o trabalho sujo. Embora seja verdade que às vezes eles preferem que a população em geral seja complacente e se alinhe com as eleições fraudulentas da “democracia de 60 segundos de dólar”, eles precisam manter a capacidade de esmagar o anti-capitalismo se houver qualquer ameaça real ao sistema que os apoia.

A rotina do policial bom/policial mau só tem sucesso se for capaz de criar uma cunha entre os dois e a ilusão de que existe uma diferença profunda, e até mesmo oposição, entre o policial amável que entende nossa situação e o ajudante brutal que é surdo aos nossos apelos. Se a violência do policial mau é moralmente repreensível para o policial bom, no entanto, é porque serve como o bicho-papão deste último, ou seja, o maior dos dois males que o policial bom usa para submeter as populações à sua forma única de mal (conformidade com relações sociais capitalistas). É imperativo, então, reconhecer que o policial bom e o policial mau querem, em última análise, a mesma coisa: súditos que, por bem ou por mal, aceitam a violência generalizada, a destruição ecológica e a profunda desigualdade inerente ao capitalismo. Usando táticas diferentes, cujo objetivo é obscurecer sua estratégia compartilhada, os dois estão policiando o sistema capitalista. Como a tradição radical americana repetidamente apontou, em uma linguagem que certamente soará bárbara – e, portanto, além do limite da tolerância – para ouvidos liberais refinados: um porco é sempre apenas um porco.

Longe de ser excepcional ou intermitente, o fascismo é, portanto, parte integrante dos sistemas de governo em que vivemos, ou pelo menos a maioria das pessoas vive. Não é algo que possa chegar no futuro, embora possa haver, é claro, momentos de intensificação ou tomadas completas do poder do Estado, que podem causar estragos. É um modo de governo que já opera aqui e agora dentro do sistema da democracia burguesa. O fracasso em reconhecer isso e se organizar contra isso tem sido um dos fatores que contribuíram para seu crescimento e de seu potencial para intensificação.

***Gabriel Rockhill** é professor de filosofia na Villanova University. Diretor Fundador do Critical Theory Workshop e Atelier de Théorie Critique. Autor, entre outros livros de Counter-History of the Present: Untimely Interrogations Into Globalization, Technology, Democracy.

Tradução: **Stéfanni Mota**

Publicado originalmente em [Black Agenda Report](#).